

Universidade de Brasília

## Ocupação força reitor a renunciar, expõe autoritarismo e relação promíscua com as fundações

*Sintunesp enviou moção de apoio aos alunos*

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, renunciou ao cargo no dia 10 de abril. Ele é acusado de utilizar R\$ 470 mil da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para reformar o apartamento funcional que ocupava.

A renúncia é produto direto da mobilização dos estudantes,

que ocuparam o gabinete da reitoria da UnB no dia 3 de abril. A ocupação estendeu-se para toda a universidade alguns dias depois, chegando a envolver 1.600 alunos, e contando com o apoio de professores e servidores.

No dia 8/4, o Sintunesp enviou moção de apoio ao movimento, repudiando as ameaças de desocupação pela polícia, que acabou não ocorrendo.

No fechamento desta edição, em 17/4, os estudantes decidiram em assembléia a suspensão da ocupação. Além da renúncia do reitor, eles pedem o fim das fundações privadas na UnB, mais verbas para a



Movimento na UnB (foto) lembra mobilização estudantil vitoriosa na USP, em 2007, contra os decretos de Serra

moradia estudantil, escolha do novo reitor por meio de eleições paritárias, entre outras.

### Mobilização nacional

A iniciativa dos alunos da UnB colocou em marcha uma mobilização estudantil nacional, com a possibilidade de greves e novas ocupações em outras universidades federais. Para o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Paulo Rizzo, as ocupações de

reitorias explicitam o autoritarismo nas universidades. “Na UnB, esse autoritarismo encobre a relação promíscua estabelecida entre a administração da universidade e as fundações de apoio”, denuncia (*InformAndes Online 43*).

Em São Paulo, o Fórum das Seis, que agrupa os sindicatos de professores e funcionários das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, vem denunciando há anos o papel nefasto das fundações de “apoio”, que têm servido de fachada para a realização de cursos pagos, desvio de verbas etc.

## Conlutas realiza seu primeiro congresso em julho

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) realiza seu primeiro congresso nos dias 3 a 6 de julho, na cidade mineira de Betim. O eixo do congresso será a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (sindical/trabalhista, previdenciária, universitária, tributária e judiciária).

A Conlutas surgiu como espaço de reorganização das entidades sindicais combativas, descontentes com o papel conciliador e governista da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi constituída como desdobramento do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004, em Luziânia (GO), e que reuniu mais de 1.800 dirigentes e ativistas sindicais e de movimentos sociais.

Em seu VII Congresso, realizado em 2004, o Sintunesp aprovou a sua desfiliação da CUT e vem participando das atividades convocadas pela Conlutas.

O temário do primeiro congresso da Conlutas tem os seguintes tópicos: Conjuntura internacional e nacional; Plano de ação; Os desafios da organização e da luta sindical; da organização e da luta do movimento popular; da organização e da luta da juventude; Os desafios da luta contra toda forma de discriminação e opressão; Organização da Conlutas / Estatutos.



## Não à privatização da CESP !

*Serra quer doar ao grande capital a terceira maior geradora de energia do país*

O governo Serra recuou, mas ainda não desistiu de privatizar a Companhia Energética de São Paulo (CESP), empresa que produziu 60% da energia elétrica de São Paulo no ano passado e 10% do Brasil. O leilão marcado para 26/3 foi suspenso, porque nenhuma das empresas interessadas fez o depósito prévio exigido no edital.

As consequências da privatização, como os brasileiros já conhecem, são desastrosas para a população: aumento de tarifas, desemprego de profissionais especializados, queda da qualidade dos serviços. Um bom exemplo é a Eletropaulo, comprada pela norte-americana AES. Além de não cumprir as metas de expansão da capacidade de geração em 15% no prazo de oito anos, a empresa ainda aumentou as tarifas em 327% no prazo de 10 anos, frente a uma inflação de 93,53%. Traduzindo: quem pagou a conta da privatização da Eletropaulo foi o consumidor.

Antes da era tucana, o estado de São Paulo tinha três grandes estatais do setor elétrico: CESP, Eletropaulo e CPFL. A CESP operava um extenso sistema de transmissão e algumas redes de distribuição no interior e, ao mesmo tempo, era a segunda maior geradora do Brasil. Alegando a existência de dívidas, o então governador Mário Covas privatizou quase todo o sistema, ficando de fora apenas uma parte da CESP. Porém, o que restou ainda tem o controle de grandes hidrelétricas, como as de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Paraibuna, Jaguari e outras, totalizando mais de 7.000 MW de capacidade instalada.

O valor determinado para a venda da CESP, de R\$ 6,6 bilhões, é considerado muito baixo pelos especialistas, o que revela a intenção do governo de praticamente doar a estatal ao grande capital. “Desde que as bacias hidrológicas sejam devidamente protegidas e preservadas, as hidrelétricas podem gerar energia indefinidamente”, explica Hélio Rech, mestre e doutorando em energia pela USP. “É evidente que o potencial lucrativo da CESP permitirá que seu passivo financeiro seja liquidado em menos de três anos e, daí em diante, a empresa se transformará numa autêntica mina de dinheiro”, denuncia ele, lembrando que a parte de seus lucros que corresponde à participação do estado no capital da empresa pertence ao público, que financiou a sua construção, com os pesados impostos e taxas que pagou.

### A lista

Várias entidades sindicais, agrupadas na Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos e contra as Privatizações, estão promovendo atos e manifestações contra a venda da CESP. O sucesso da mobilização poderá impedir que o governo prossiga em sua investida privatizante. A venda da CESP é parte de um pacote de 18 estatais que estão na mira tucana: Sabesp, Nossa Caixa, Metrô, CPTM, IPT, entre outras.